

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 98
Setembro – 2008

S U M Á R I O

- 3 **Olimpíadas e geopolítica**
Olympic Games e Geopolitics
JOÃO FÁBIO BERTONHA
- 6 **Securitização e desenvolvimento no espaço amazônico**
Securitization and development in the Amazonian area
THIAGO GEHRE GALVÃO
- 9 **O novo realismo: a ordem internacional à luz de Kôsovo e Geórgia**
The New Realism: International Order in the light of Kosovo and Georgia
ARTUR ANDRADE DA SILVA MACHADO
- 13 **Sobre a recorrente instabilidade política tailandesa e a falta de repercussões internacionais**
Thailand's persistent political instability and the absence of international repercussions
DIOGO MAMORU IDE
- 16 **Afganistão: qual destino na política externa dos Estados Unidos em 2009?**
Afghanistan: whither American foreign policy in 2009?
VIRGÍLIO ARRAES
- 18 **Interação doméstico-internacional na decisão polonesa de acordar pelo recebimento de escudo antimíssil**
Domestic-international interactions in the Polish decision to accept the anti-missile shield
EVANDRO FARID ZAGO
- 21 **Sobre política e partículas: a produção científica como um microcosmo da conjuntura internacional**
On politics and particles: scientific production as a microcosm of the international conjuncture
HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES
- 25 **Nação e nacionalismo na era global: o caso da reunificação da Alemanha**
Nation and nationalism in the Global era: the case of Germany reunification
MÁRCIO SANTOS DE SANTANA
- 28 **08/08/08: a política externa chinesa num momento de "paz e guerra"**
08/08/08: China's foreign policy at a moment of "peace and war"
WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 98 – Setembro – 2008

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2008 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

Olimpíadas e geopolítica

Olympic Games e Geopolitics

JOÃO FÁBIO BERTONHA*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 3 a 5]

Em agosto do corrente ano, o mundo parou para assistir às Olimpíadas de Pequim. Em teoria, o momento de conagração da raça humana em torno de uma atividade completamente apolítica, ou seja, o esporte. No entanto, a prática é muito diferente e é possível identificar, nas competições olímpicas, não apenas um dos grandes lugares para a reafirmação do nacionalismo no mundo contemporâneo, como um excelente instrumento para examinar o status do planeta em termos de diferencial de poder e riqueza entre as nações.

As olimpíadas modernas não são realmente o lugar de encontro de jovens atletas amadores, que treinam nas horas vagas e procuram demonstrar seus talentos a seus pares. A vitória, a qualquer preço, é o que se deseja e talvez não haja frase mais hipócrita e falsa do que “O importante é competir”. Os atletas e as nações estão lá para demonstrarem que são os melhores e triunfar e só para isto. Ou alguém acredita que o festival midiático em cima de Michael Phelps foi devido ao tamanho dos seus braços?

Para que um atleta triunfe em uma competição de nível como as olimpíadas, são necessárias várias coisas. Em primeiro lugar, alguns são beneficiados pela genética, que facilita a prática de um dado esporte. Em segundo, uma imensa força de vontade para treinamento sem fim. E, por último, toda uma estrutura que o acompanhe, de preferência desde cedo, com alimentação balanceada, tecnologia para treinos, técnicos e outros profissionais do esporte sempre presentes. Estrutura, enfim.

A mesma equação se aplica com respeito às razões que levam certos países a superarem os outros, em termos de número de medalhas. Há casos (como

o dos turcos e a luta romana, por exemplo) em que um esporte é praticado quase que exclusivamente num país, o que altera os dados. No caso dos europeus, o fato de eles terem participado de todas as olimpíadas e em esportes mais populares no seu continente do que em outros locais também é fator de discrepância. Em outros, um atleta excepcional (como Usain Bolt, da Jamaica, em Pequim) altera todo o panorama, deixando o seu pequeno país lá na frente. Enfim, subjetividade e espaço para o talento individual há e este deve ser, claro, valorizado.

Não obstante, é fácil verificar como os grandes vencedores nos jogos são os países de grande população (que fornece uma base maior na qual a loteria genética e de força de vontade pode atuar) e imensa estrutura voltada tanto ao bem-estar e à saúde da população como à prática do esporte. Em alguns casos, essa estrutura esportiva é simplesmente uma derivação das boas condições de vida de um dado país, mas normalmente é efeito de imenso investimento direto. Esse pode ser tanto do setor privado, interessado no imenso negócio que é o esporte hoje, ou do Estado, cujo objetivo, normalmente, é a demonstração da potência nacional para o mundo.

Observar o quadro de medalhas, de ouro, prata e bronze, desde 1896 até 2008 indica claramente isto. A Europa ganhou 8048 medalhas, enquanto os continentes americano e asiático ganharam, respectivamente, 2922 e 1053. Mas, se se observam estes dados com atenção, ver-se-á que, das medalhas americanas, 75% pertencem aos EUA e 14% ao Canadá e Cuba, restando míseras 320 para o resto da América Latina. O mesmo para a Ásia, onde China, Coreia do sul e Japão concentram 76% das

* Professor da Universidade Estadual de Maringá – UEM (fabiobertonha@hotmail.com).

medalhas. Outras 476 medalhas foram para a rica Oceania e apenas 277 para a África.

O quadro individual também deixa claro que apenas os países ricos e com população minimamente razoável conseguem vitórias expressivas. Os EUA lideram o ranking, com 2298 medalhas, seguidos pela antiga União Soviética, com 1010, pelos quatro grandes países europeus (Itália, Alemanha, Inglaterra e França) e pela China. A maioria dos países pobres não tem mais do que uma ou duas medalhas e o Brasil, com suas 91, está mais ou menos no lugar esperado para um país populoso, mas de renda média e baixo investimento em saúde e esporte.

É claro que este quadro é, metodologicamente, complicado. Se se reúnem as medalhas da Alemanha unida e das antigas Alemanha Oriental e Ocidental, o total a torna a terceira potência olímpica do mundo. A União Soviética somada aos seus países sucessores torna a soma ainda maior. Um cálculo de medalhas divididas por população, IDH ou PIB também poderia dar resultados um pouco diversos, ainda que não muito. De qualquer modo, a soma população, nível de vida e investimento direto é a receita clara para o potencial olímpico.

Isso também é perceptível observando-se a evolução do número de medalhas pelos anos e décadas. Os europeus dominam os jogos, mas sua predominância vem caindo pouco a pouco. O mesmo pode ser dito dos EUA, que têm o maior número de medalhas por nação, mas cuja hegemonia vem sendo contestada, até o segundo lugar em Pequim. Um claro sinal da lenta decadência relativa do poder do Ocidente no mundo.

Nada mais evidente, contudo, do que o colapso olímpico de países como Rússia, Cuba ou outros Estados sucessores da URSS. Aproveitando-se dos restos, em termos de estrutura e atletas, da velha URSS, a Rússia conseguiu uma boa colocação, mas bem longe dos áureos tempos da União Soviética. Sem o investimento maciço que Moscou, Havana e Berlim Oriental faziam na sua estrutura esportiva, eles não têm mais como enfrentar a competição e, portanto, decaíram.

O inverso pode ser dito da China, bem longe do topo no quadro geral de medalhas, mas que

ficou em primeiro em Pequim. Ser a dona da casa ajudou, mas o fato de eles terem decidido usar os jogos para demonstrar a ascensão mundial da China e investido de acordo é o fator central para explicar seu sucesso.

Em resumo, as Olimpíadas são um bom termômetro do jogo geopolítico mundial, ao mesmo tempo em que são um instrumento claro deste mesmo jogo. Vencer nos Jogos é uma maneira simbólica de se mostrar vencedor também no mundo como um todo.

As Olimpíadas – e o esporte em geral – também são, no mundo de hoje, um dos poucos momentos em que o sentimento nacionalista brota com mais força. Em certos países, como os EUA, o patriotismo é tamanho que o esporte é apenas um dos seus elementos. Em outros, como a Alemanha, ele é o último reduto permitido para um nacionalismo que, em outros campos, se revelou perigoso. Mas patriotismo e esporte estão mais do que ligados atualmente e os jogos olímpicos (e as copas do mundo) são o momento supremo desta ligação.

Na verdade, talvez a definição esportiva seja o barômetro mais claro, hoje em dia, para definir identidades e lealdades nacionais. Um italiano que mora no Brasil e torce pela Itália e, depois, pelo Brasil, indica claramente a sua identidade italiana, com respeito simultâneo pelo país onde vive. Um filho de mexicanos que nasceu nos EUA e diz que torce em primeiro lugar pelos Estados Unidos e, depois, se não houver uma partida contra os americanos, pelo México, deixa clara a sua identidade primária e a sua secundária. Mais do que o serviço militar ou falar a língua nacional, talvez seja no futebol que, hoje, a identidade nacional, em sua multiplicidade, se afirme.

O interessante, neste ponto, é como as competições mundiais deixam claro como os grandes blocos políticos e econômicos não substituíram, ainda, as velhas nações. Nos estádios, se viam bandeiras argentinas ou uruguaias, e não as do Mercosul. Ingleses torciam pela Inglaterra e espanhóis pela Espanha e o quadro de medalhas não dizia Mercosul, União Européia ou Nafta. Se, um dia, as medalhas da União Européia forem computadas em conjunto e a

bandeira azul e dourada for erguida toda vez que um atleta europeu subir ao pódio, então se acreditaria numa nacionalidade européia. Até lá, a Europa continua a ser, no máximo, uma confederação e o discurso do presidente francês Nicola Sarkozy de que a União Européia, com suas 280 medalhas somadas, venceu os jogos de Pequim, são apenas bonitas palavras jogadas ao vento.

As olimpíadas, pois, representam a disputa de talentos individuais e não há porque não valorizar os que se mostram capazes de superar os seus limites. Mas, como tudo no mundo, são também poder e disputa entre indivíduos e entre nações, num jogo onde nem sempre vence o melhor ou o mais esforçado, mas aquele que tem mais recursos à disposição. Ter isto em mente pode ser útil quando todos se sentarem novamente, em 2012, para

assistir aos jogos e se decepcionarem, de novo, com o desempenho brasileiro.

Recebido em 26/09/2008

Aprovado em 30/09/2008

Palavras-chaves: Olimpíadas, nacionalismo, poder

Key words: Olympic Games, nationalism, power

Resumo: o artigo trata de competições esportivas, em especial as olimpíadas. Nelas, valorizam-se o nacionalismo e o poder dos países.

Abstract: the article deals with athletic competitions, particularly the Olympics, in which nationalism and country power are prized.



Securitização e desenvolvimento no espaço amazônico

Securitization and development in the Amazonian area

THIAGO GEHRE GALVÃO*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 6 a 8]

Que tipo de relação se estabelece entre o fenômeno da mudança climática e a agenda de segurança internacional? É possível desvincular os projetos de desenvolvimento nacional e regional da agenda de segurança internacional? Estas duas questões sintetizam as preocupações de intelectuais e governantes em um mundo pós-11 de setembro onde os assuntos de segurança se difundiram pela agenda internacional. O desafio do desenvolvimento perpetua-se, assim como a necessidade premente de se pensar soluções próprias, de um ponto de vista local e regional.

Este artigo procura esclarecer de forma breve e concisa a interligação dos temas da mudança climática global, da preservação ambiental, das matrizes energéticas, da produção de alimentos e do desenvolvimento nacional e regional com a agenda de segurança internacional. Parte-se de dois pressupostos: a) segurança internacional deve ser entendida como algo que abarca toda a humanidade e que enfoca a multidimensionalidade das fontes de perigo e risco ao invés de apenas ameaças militares aos Estados; b) o conceito de segurança é complexo e indivisível, no sentido que os setores alimentar, humano, ambiental, energético e militar fazem parte de um mesmo quadro de entendimento da realidade.

De acordo com as premissas acima, a compreensão dos impactos das mudanças climáticas e do desenvolvimento regional nas relações internacionais leva à definição das diferentes acepções de segurança internacional. Em primeiro lugar, a **segurança ambiental**: define-se como a preservação das condições

ecológicas que suportam o desenvolvimento da atividade humana. A ameaça se estabelece na perda das condições mínimas para obtenção e manutenção da qualidade de vida individual ou de determinado grupo e sociedade.

Em segundo lugar, a **segurança alimentar**: é definida como a preservação das condições de produção e comercialização de bens alimentícios dentro e fora das sociedades. Consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. Nas relações internacionais, fatores de ameaça e provocadores de insegurança alimentar referem-se à diminuição de estoques estratégicos de alimentos disponibilizados no comércio internacional, bem como da produção predatória de alimentos em relação ao ambiente, de preços abusivos e da imposição de padrões alimentares que não respeitem a diversidade cultural.

Por último, **segurança energética**: diz respeito à capacidade de preservar os meios de fornecimento de energia e de proteger toda a cadeia de suprimento de energia e de infra-estrutura energética, a partir de um conjunto de medidas preventivas, regulatórias e afirmativas, com o intuito de estabelecer um equilíbrio entre as necessidades de sobrevivência dos atores e as expectativas de ordenamento do sistema.

* Professor de História das Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima – UFRR (thiago.gehre@gmail.com).

A correlação e a conexão entre os três tipos de segurança definidos são evidentes quando se coloca em análise a questão do desenvolvimento no cenário internacional e regional atual. A idéia de segurança torna-se um conceito indivisível, uma vez que o desenvolvimento passa a responder aos ditames da segurança energética, ambiental e alimentar. Trata-se de um desenvolvimento vinculado à preservação dos elementos constitutivos dos setores da sociedade que a mantém íntegra.

Em primeiro lugar, a busca pelo acesso e controle de regiões ricas em recursos energéticos é um dos principais motivadores de conflitos no século 21. Os esforços em garantir o fluxo permanente de petróleo proveniente do Oriente Médio têm levado os EUA a um envolvimento crescente naquela região, desde a década de 1980, e que culminaram nas Guerras do Golfo (1991 e 2003). Em consequência, os norte-americanos tornaram-se alvo de ataques terroristas, e projetou-se a imagem de um mundo menos seguro para todos.

Além disso, a corrida chinesa por acordos e conformação de parcerias energéticas para além do continente asiático, a disputa pelo controle do fluxo energético na Europa Central, Ásia Central e região do Mar Cáspio, por europeus, russos, norte-americanos e chineses; a insistência iraniana e norte-coreana em manter e intensificar seus programas nucleares; são exemplos de que mais do que politizado, o setor energético apresenta-se em franca tendência de securitização, o que tem contaminado também a política de integração regional sul-americana.

Em segundo lugar, o acesso e o controle dos recursos hídricos e energéticos (petróleo e gás natural) em regiões como Amazônia, Oriente Médio e norte da África produzem um quadro de insegurança ambiental ao tornarem alguns Estados vulneráveis à escassez, mau uso ou controle por grupos estatais e não-estatais destes recursos. Da mesma forma, o regime hidrológico amazônico tem a sua estabilidade ameaçada tanto pela produção de alimentos, que demanda muita água, quanto pelo desflorestamento e implantação de lavouras de cana-de-açúcar, que desarticulam todo o ecossistema regional. Além disso, o estabelecimento de lavouras voltadas para

a produção de biocombustíveis inevitavelmente substitui as áreas da agricultura tradicional e ameaça a segurança alimentar de populações locais.

Paradoxalmente, a sede pelo crescimento econômico empurra grandes nações como China, Índia e Brasil a excederem os limites do desenvolvimento sustentável. Assim, permanece o desafio ambiental global aos países da América do Sul de controlarem as externalidades negativas advindas de seus projetos de desenvolvimento nacional. Neste sentido, percebe-se que tanto influenciam na composição de um quadro global de mudanças climáticas quanto passam a sofrer com as repercussões das mudanças climáticas propagadas (no âmbito das práticas e dos discursos emanados dos centros para a periferia) desde outros centros de desenvolvimento mundial.

Em terceiro, a segurança alimentar é perceptível em uma população na qual todas as pessoas têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Infelizmente, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, do poder aquisitivo da pessoa, isto é, de renda para comprar os alimentos. Ora, parcela substancial das populações amazônicas tem rendimentos tão baixos que vivenciam uma situação de insegurança alimentar. Em suma, o subdesenvolvimento passa a ser uma das principais ameaças à segurança alimentar em particular e à agenda de segurança regional em geral.

Ao mesmo tempo, instala-se um debate colocado pelo pseudodilema entre segurança alimentar e segurança energética no Brasil. Não há, de fato, uma oposição entre as políticas alimentar e energética nacional, uma vez que o conceito de segurança é múltiplo e indivisível. Ao apontar para a priorização da produção agrícola para os biocombustíveis, o governo não está colocando em risco a segurança alimentar do país. Os aumentos do preço do feijão, do arroz, de derivados do leite e de outros alimentos indispensáveis à mesa do brasileiro não são indicadores confiáveis de que um estado de insegurança alimentar esteja se instalando. São acomodações mercadológicas da redução temporária de oferta. Ao mesmo tempo, trata-se

de um equacionamento entre o frágil equilíbrio da segurança energética e alimentar.

No plano da institucionalidade internacional, cabe menção à Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial, realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), nos dias 5 e 6 de junho, do corrente ano, na sua sede em Roma. As discussões versaram sobre o tema das mudanças climáticas e da bioenergia, levando em consideração o cenário de conformação do mercado mundial de bicompostíveis, do acelerado crescimento dos preços dos alimentos e da continuada crise alimentar internacional. Ainda que incipiente e superficial, a utilização do multilateralismo como esfera de debate e discussão sobre questões pertinentes ao futuro das relações internacionais e da humanidade é uma alternativa às tendências *securitizantes* reforçadas após o 11 de setembro de 2001.

À guisa de conclusão, as práticas do setor energético vêm adquirindo cada vez mais peso sobre o cálculo estratégico de tomadores de decisão em política externa, sobretudo, ao considerar energia como um tema sensível e vinculado à agenda das *high politics*. Também os países sul-americanos vem acompanhado esta tendência, mesmo que de forma tímida. Nesse sentido, espera-se o despertar regional pela elaboração de uma grande estratégia de política internacional sul-americana, pensada e articulada por seus atores políticos levando em consideração a riqueza energética amazônica e a escassez dos recursos naturais, o planejamento estratégico de longo prazo e a busca pela eficiência, a preocupação com a segurança regional (ambiental, alimentar, energética) e o respeito às comunidades nativas, indígenas e ribeirinhas.

Por um lado, as causas e conseqüências das mudanças climáticas coabitam o plano da segurança internacional, intensificando preocupações reais e imaginadas aos Estados e indivíduos. Por outro, os projetos de desenvolvimento nacional tendem

a ultrapassar os limites da preservação ambiental, abalando a instável balança de ameaças (energética e alimentar) que delimita o escopo de atuação e o comportamento dos países no século 21.

Em suma, o subdesenvolvimento sustentável é insustentável como paradigma estatal. A Amazônia é crescentemente estratégica e indispensável para os governos sul-americanos e para o Brasil. Que estas constatações produzam políticas públicas sérias, articuladas e componentes de uma perspectiva de valorização do elemento humano que habita, trabalha e produz dentro do espaço amazônico, tornando-o consciente de suas responsabilidades ecológicas e de sustentabilidade e fazendo-o partícipe na promoção da segurança internacional.

Recebido em 28/08/2008
Aprovado em 01/09/2008

Palavras-chave: Segurança internacional; Amazônia; desenvolvimento.

Key-words: International Security; Amazon; development.

Resumo: Algumas sobre a vinculação entre desenvolvimento e segurança internacional. Para tanto, fez-se um esforço de conceituação sobre a segurança vinculada aos diferentes setores da sociedade, como ambiental, energético e alimentar. Como pano de fundo discutem-se os desafios do desenvolvimento no espaço amazônico.

Abstract: Some reflexions over the connexion between international security and development. First of all, one make an effort to conceptualize different kinds of security linked to the social sectors, like environment, energy and food. Challenges in the development strategy of the Amazon countries are discussed as a background issue.

O novo realismo: a ordem internacional à luz de Kôsovo e Geórgia

The New Realism: International Order in the light of Kosovo and Georgia

ARTUR ANDRADE DA SILVA MACHADO*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 9 a 12]

No início de agosto, tropas russas invadiram um país vizinho e desde então muitos começaram a afirmar que a Geórgia é o cemitério da unipolaridade. Há ainda os mais dramáticos, que apostam na emergência de uma nova Guerra Fria. No entanto, para quem acompanha a política externa russa, este não foi um caso isolado, mas se enquadra numa mesma linha de antagonismo de Moscou *vis-à-vis* a imposição da hegemonia do Ocidente. Instâncias de tal oposição verificam-se na expedição unilateral russa para o Ártico, na posição de Moscou em face do programa nuclear iraniano, na retaliação ao abastecimento de gás da Ucrânia e da Europa Ocidental, na defesa da soberania serva indiferente à declaração de autonomia de Kôsovo e no embate ocorrido devido à instalação do escudo antimísseis norte-americano.

Apesar dos boatos, não é possível afirmar com segurança que a relação entre a Rússia e o Ocidente sofrerá transformações qualitativas em virtude dos desenvolvimentos do último mês de agosto. Pelo contrário, o que se observa é a continuidade e a intensificação da política externa russa de oposição à marcha de uniformização de valores imposta pelo Ocidente, na área que a Rússia delimita para o exercício de sua influência. Além disso, tendo em vista que *a priori* a Geórgia apenas movimentou tropas dentro de seu próprio território, a defesa do argumento de que foi a Geórgia que primeiro atacou

a Ossétia do Sul por muitas das mais representativas fontes de informação da Europa Ocidental, é fato indicativo de que a Europa continuará a evitar indispor-se frontalmente com a Rússia.

Também os paradigmas especializados no estudo das relações internacionais não permitem pensar em transformações estruturais do sistema internacional. Desde uma perspectiva neo-realista, não houve redistribuição substantiva nas porções de capacidades de poder dos Estados que justifique transformações na geometria da estrutura sistêmica. Em outras palavras, enquanto a estrutura de poder militar permanecer inalterada, não será possível prescrever, a partir da receita neo-realista, que haverá mudanças para o ordenamento do nível sistêmico. Recorrendo também à teoria construtivista de Wendt, a resposta russa à provocação do governo da Geórgia não permite redistribuição macroestrutural no quadro de atribuição dos signos de amigo e inimigo entre os Estados. Além disso, sintomas de uma postura de apaziguamento por parte dos países europeus também indicam que não haverá drástica transformação nas percepções que se desenham a partir da relação entre a Rússia e o Ocidente.

Para avaliar as reais proporções dos acontecimentos do mês de agosto, é necessário recorrer a um novo realismo adornado pela oposição material, mas também pela oposição na defesa de valores dos Estados nacionais. Nesse novo realismo, os Estados

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (andradesmachado@gmail.com).

estão constrangidos por uma estrutura anárquica como esperado. No entanto, a anarquia a que são submetidos é menos uma anarquia hobbesiana, baseada na eterna desconfiança e insuficiência de informação e mais uma anarquia lockeana, baseada na seletividade em face da multiplicidade de escolha de pesos e medidas, bem como na multiplicidade de atores que reivindicam o papel de juiz no momento de interpretar princípios e normas largamente conhecidos. Para conceber uma perspectiva analítica de um novo realismo é necessário, portanto, examinar a incompatibilidade entre as formas de hierarquização de valores defendidos pela Rússia e pelo Ocidente.

Tal incompatibilidade deriva de um nível ainda mais primário de contestação das pretensões de universalidade de valores ocidentais incorporados na política externa dos EUA. Com o final da Guerra Fria, os EUA (e o Ocidente de maneira geral) intensificaram sua defesa de que a democracia é a melhor forma de regime político, já que esta tinha provado ser a mais eficiente para o desenvolvimento interno dos Estados. Baseados também na teoria da paz democrática e na crença na universalidade dos direitos humanos de primeira geração, os ocidentais passaram a considerar o sistema democrático como mais elevado em parâmetros morais, bem como a tentar agregar autoritariamente os direitos humanos às normas de *jus cogens* da comunidade internacional.

Em face de tais considerações, não se advoga que a Rússia se opõe ao Ocidente apenas por divergência de valores. Em um primeiro momento, pelo contrário, a potência do Leste inclusive tentou consolidar sua transição formal para o regime democrático. A oposição começa a surgir somente quando, devido à permissividade de um momento histórico em que não havia nenhuma alternativa forte o suficiente para se contrapor à democracia, os países ocidentais passaram a agir como se a superioridade dos valores democráticos fosse aceita universalmente. Baseado pela crença no caráter universal de seus próprios valores e despreocupado com as regras da prudência, o Ocidente passou a criar mecanismos fundados numa sobrevalorização

dos seus valores frente ao valor basilar da Ordem interestatal: a soberania. A esse quadro, juntou-se a crença histórica do Ocidente no progresso, o que fez com que os ocidentais desenvolvessem estratégias de uniformização dos sistemas políticos e econômicos internos dos Estados nacionais, como as operações de imposição de paz e as regras para financiamento dos bancos internacionais.

Contrapondo-se não aos valores ocidentais diretamente, mas à imposição desses valores sobre o sistema internacional concebido essencialmente pela defesa da pluralidade, a Rússia incorporou o argumento da inviolabilidade da soberania, pouco tempo depois do esboroamento do regime soviético. Assim, todo o processo de dissolução da Iugoslávia foi marcado pela defesa russa da soberania absoluta do governo da Sérvia, indiferente às demandas de proteção de direitos humanos universais por parte do Ocidente. Em virtude da posição defendida pela Rússia no Conselho de Segurança, a intervenção internacional na Iugoslávia teve de ocorrer sob a bandeira da OTAN e sem mandato da ONU.

Apesar disso, a marcha imposta pelo Ocidente rumo à uniformização dos sistemas internos dos países continuou a se expandir pela geografia do globo até bater na porta da região delimitada pela CEI, que a Rússia identifica como sua área natural de exercício de influência. Concomitante com esse movimento, os países do Ocidente decidiram encerrar definitivamente o processo de dissolução da Iugoslávia, em mais um atentado ao princípio da soberania. Assim, a despeito da falta de unidade étnica em Kôsovo, que contém expressiva minoria serva e diversos sítios sagrados para tal nacionalidade, os EUA e os países da União Européia reconheceram a declaração de independência da província autônoma da Sérvia.

Para entender o posicionamento russo na questão da Geórgia é, portanto, necessário voltar os olhos para a seletividade na hierarquização de princípios que marcou o antecedente de Kôsovo. Depois da declaração de independência do Kôsovo, os países da União Européia e os EUA, valorizando mais o princípio da autodeterminação dos povos que o princípio da soberania, reconheceram a

declaração unilateral de independência de tal província autônoma. Na ocasião, o apoio oferecido pelos países do Ocidente serviu de garantia frente a possíveis desdobramentos da defesa enfática que fizeram Sérvia e Rússia acerca da inviolabilidade do princípio da soberania.

No caso da Ossétia do Sul, ironicamente a Rússia e o Ocidente inverteram seus papéis. A Rússia partiu para a proteção da região sul-osseta, argumentando que fora a Geórgia que quebrou o acordo de cessar-fogo, o que é uma implícita hierarquização do princípio da autodeterminação frente ao da soberania, principalmente quando a potência do Leste faz referência ao caso do Kosovo. Por outro lado, os países do Ocidente condenaram o movimento russo, baseados na defesa da soberania georgiana.

A inversão dos papéis nesse caso, apesar de ser a grande novidade no posicionamento dos países no cenário internacional, não é de todo surpreendente. Isso porque, nenhum dos casos aponta para um desejo na universalização do princípio da autodeterminação dos povos. Pelo contrário, tendo em vista que o desenho dos conjuntos de identidades coletivas não é passível de ser adequado ao desenho das fronteiras territoriais, a valorização do princípio de autodeterminação sobre o da soberania só pode ser empreendida de forma seletiva, nunca absoluta. No caso do Kosovo, a seletividade na interpretação dos princípios foi instrumentalizada e justificada pela política ocidental de uniformização de valores.

Se os países do Ocidente não tivessem reconhecido a independência do Kosovo, teriam sido outros os desdobramentos do movimento militar de Tbilisi na região da Ossétia do Sul. Sob uma análise realista, o embate de Kosovo não tem força causal sobre o caso em questão. A forte influência russa na Ossétia do Sul, em que os georgianos sul-ossetas portam passaporte russo, é indicativa de que parte da Geórgia seria incorporada à Rússia, independentemente do reconhecimento europeu do pedido de autodeterminação dos kosovares seis meses antes. No entanto, aceitando a hipótese de inevitabilidade de anexação da região sul-osseta à Rússia, é fundamental entender que, na ausência

do paralelo com Kosovo, o argumento russo para combater tropas georgianas dentro da própria Geórgia seria outro.

De fato, a Rússia poderia ter enviado suas tropas para a Geórgia sob o argumento mais restrito de proteger cidadãos russos do ataque de Tbilisi. Todavia, a seletividade na interpretação dos princípios serviu, na ocasião, para que a Rússia defendesse a ordem internacional fundamentada na inviolabilidade do princípio da soberania. Invadindo a Geórgia e desrespeitando a soberania deste país sobre seu território, a Rússia tentou mostrar que a seletividade na interpretação dos dois princípios não é privilégio do Ocidente. O que ocorreu foi um típico caso de combater o fogo com fogo: no caso da Ossétia do Sul, a Rússia tentou mostrar que, em face da variedade de pesos e medidas para interpretar valores, haverá também uma variedade de juízes dispostos para tal. Assim, a expectativa russa é de mostrar que a estratégia de uniformização do Ocidente deve encontrar limites no ordenamento sistêmico: seja por respeitar o princípio da soberania; seja por desrespeitá-lo, arriscando destruir o consenso entre as grandes potências.

A partir dessas hipóteses de ação apresentadas pela Rússia ao Ocidente, pintam-se dois cenários de oposição variando em níveis de probabilidade. Além disso, para cada um dos cenários, há também diferentes hipóteses para o posicionamento da China, compelida a se alinhar à Rússia em nome da inviolabilidade da soberania, mas constrangida a se distanciar desta por motivos de disputa de poder no continente asiático. Assim, no cenário menos provável, o Ocidente mantém sua postura atual, de encarar a soberania com seletividade, permitindo à Rússia também fazer o mesmo, quando isso convier aos seus interesses nacionais e estratégicos, o que leva o sistema internacional em direção à anarquia lockeana do novo realismo que se observa. Nesse primeiro cenário, o esperado é que a China, como a Rússia, passe a uma defesa da inviolabilidade do princípio da soberania até que seja conveniente abandonar tal postura, inclusive para a sua defesa. Nesse caso, é interessante traçar hipóteses sobre qual seria o comportamento da China, se países

do Ocidente decidissem universalizar os direitos humanos ou o direito de autodeterminação dos chineses tibetanos.

No cenário mais provável, por outro lado, os EUA voltarão a se engajar no jogo de poder entre as grandes potências, passando a contrastar sua estratégia de uniformização com a virtude da prudência. Índícios de que esse será o cenário que se seguirá podem ser encontrados no último artigo da Condoleezza Rice publicado na *Foreign Affairs*, em que ela aponta para um prejudicial esquecimento do jogo de poder pela política externa dos EUA. Comprovando-se tal cenário, haverá uma breve tensão do sistema internacional, mas a inferioridade russa em termos de capacidade relativa acabará por confiná-la em sua própria área de influência. Além disso, o posicionamento chinês mais provável nessa hipótese é a constituição de um terceiro pólo autônomo, defendendo a soberania, mas evitando inicialmente entrar em oposição com qualquer dos lados.

Ainda, no mesmo artigo supracitado, Rice classifica atores do jogo de poder internacional em duas categorias: a das grandes potências, composta por Rússia e China; e a das potências emergentes, composta por Brasil e Índia. A referência ao Brasil e à Índia, em face de uma ausência de referência à União Européia, espelha um desejo norte-americano de compartilhar os custos de manutenção da ordem liberal com países de médio porte. Como último exercício analítico, portanto, cabe indagar qual seria o posicionamento do Brasil em caso de

uma polarização do sistema. A esse respeito, o Brasil também encara duas possibilidades mais imediatas: uma de alinhamento às expectativas norte-americanas, aceitando maior responsabilidade na defesa dos valores liberais; e outra de isolamento, conseqüentemente abandonando a perspectiva de se tornar um ator global também em matéria de segurança. Não há como apontar para uma das alternativas com maior certeza, pois ambas encontram defensores nos formuladores da política externa nacional e nesse sentido o enigma deve ser transferido a características do jogo político interno.

Recebido em 27/08/2008
Aprovado em 01/09/2008

Palavras-chaves: Estados Unidos, autodeterminação, soberania

Key words: United States, self-determination, sovereignty

Resumo: o artigo trata da utilização seletiva pelas potências dos conceitos de autodeterminação e de soberania. Como exemplo, citam-se os casos da Geórgia e do Kôsovo.

Abstract: the article deals with the selective use by major powers of the concepts of self-determination and sovereignty. Cases such as Georgia and Kosovo serve as examples.



Sobre a recorrente instabilidade política tailandesa e a falta de repercussões internacionais

Thailand's persistent political instability and the absence of international repercussions

DIOGO MAMORU IDE*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 13 a 15]

Mais um Primeiro-Ministro tailandês foi forçado a se retirar. Samak Sundaravej, eleito no início deste ano, anunciou sua renúncia ao cargo após sofrer duras críticas e ameaças de golpe por parte de adversários políticos. A principal motivação foi o recebimento de pagamentos decorrentes da aparição realizada no programa de culinária que chefou ao mesmo tempo em que exerceu o posto de Primeiro-Ministro. A constituição da Tailândia proíbe que o Primeiro-Ministro tenha emprego privado, fato que torna ilegal tanto o emprego de apresentador que Sundaravej exerceu como a contrapartida econômica recebida. Os pagamentos pela aparição na televisão foram o mote que faltava para crescer ainda mais a instabilidade política no país e para degradar ainda mais a frágil democracia tailandesa.

A cobertura da imprensa internacional sobre os desdobramentos ocorridos foi baixa, acompanhando o comportamento de muitos países de não se pronunciar sobre os fatos ocorridos. Certamente muito do que foi observado no último mês reflete em grande medida o jogo político interno e não engendra implicações que afetam diretamente outros países. Cumpre, entretanto, ressaltar que, à medida que as instituições democráticas sofrem de um problema crônico de fragilidade e em que os acontecimentos políticos descortinam o clima de forte turbulência, era esperado o acompanhamento mais próximo da comunidade internacional.

A fim de abarcar algumas das principais dinâmicas políticas que envolvem a saída precoce

de Sundaravej, a presente análise de conjuntura será esquematizada em duas seções. A primeira delas tem como objetivo oferecer um panorama geral sobre as dinâmicas políticas em curso na Tailândia que concorreram para mais um caso de ruptura no mandato de um governante. A importância de se compreenderem tais dinâmicas reside no fato de qualquer tentativa de estabilização política do país deve necessariamente passar por elas. Por sua vez, na segunda parte, serão buscados alguns dos fatores que ajudam a explicar o porquê da falta de repercussões internacionais dos desdobramentos observados na Tailândia.

O contexto político tailandês

Para fazer uma abordagem dos processos políticos em curso na Tailândia, é preciso ter em mente dois planos analíticos. Isso advém da necessidade de compreender o cenário político interno a partir da instabilidade política que prevalece sobre o país desde 1932 e das variáveis da conjuntura interna que influenciam a dinâmica política no momento atual. Logo, percebe-se que tanto processos antigos, que perduram há décadas, como processos resultantes da dinâmica atual agem de modo que se influenciam – e até mesmo estruturam – a cena política tailandesa.

O plano histórico tangencia a crônica instabilidade do país desde que este se tornou uma monarquia parlamentar. Apesar da prosperidade econômica e da modernidade alcançadas, a Tailândia apresenta

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília - PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (diogo_ide@hotmail.com).

um histórico de rupturas de governos, de corrupção, de favorecimentos a grupos sociais privilegiados e de instituições fragilizadas que se mostram pouco compatíveis com a prática democrática. Desde que se tornou monarquia parlamentar, em 1932, a Tailândia teve dezessete constituições diferentes e foi palco de dezoito golpes de Estado, tendo o último ocorrido ao final de 2006.

O motivo de tamanha turbulência é simples: os governantes se encontram frequentemente dominados por interesses e demandas das elites tailandesas, as quais possuem grande influência sobre o todo aparelho burocrático estatal. Como resultado, o autocontrole dos três poderes e os mecanismos de checks and balances capazes de “frear” o abuso do poder são cada vez menos utilizados e menos eficazes. A nova constituição do país, elaborada em assembléia indicada por militares, representa exemplo cabal de como os poderes legislativo e executivo encontram-se subjugados pelas elites econômica e militar. De acordo com ela, metade dos senadores não são eleitos, mas indicados. Há, assim, uma “institucionalização” da participação de membros das elites em foros políticos em detrimento de instituições, normas e mecanismos (tais como a divisão de poderes, de Montesquieu) que controlem a tendência natural de abusar do poder.

O ambiente marcado pelo controle do poder político pelas elites impossibilita a consolidação da democracia tailandesa e corrói facilmente a governabilidade de qualquer governo. A saída de Sundaravej caracteriza mais um exemplo de Primeiro-Ministro que não logrou terminar seu mandato por ter sucumbido frente às pressões das elites e dos grupos políticos adversários. Importante salientar que com a eleição de Somchai, cunhado do ex-Primeiro-Ministro destituído pelo golpe de Estado de 2006, nada mudará na dinâmica política da Tailândia, dado que a fraqueza das instituições e o controle do poder político pelas elites foram mantidos constantes.

Além do caráter de instabilidade ao longo do século XX, elementos de ordem conjuntural contribuíram para a mobilização em torno da saída de Sundaravej e devem, portanto, ser levados em consideração. A mobilização de milhares de pessoas em frente ao escritório do Primeiro-Ministro semanas

antes da saída de Sundaravej é um bom índice para analisar as dinâmicas da conjuntura atual, uma vez que permite entender a jogo de interesses que cerca o poder estatal.

É marcante na Tailândia a existência de uma cultura hierárquica que maximiza interesses dos grupos urbanos privilegiados e corrobora a exclusão das classes menos favorecidas e a desigualdade social. O governo de Sundaravej representou uma quebra nessa cultura ao realizar políticas assistencialistas visando grupos marginalizados econômico e socialmente – população rural ou classes urbanas menos favorecidas. Práticas como o perdão de dívidas e a assistência médica a baixo custo representaram uma ruptura profunda na maneira como a política é feita à medida que os interesses das classes mais altas foram deixados de lado. Sundaravej visava com tais políticas se fortalecer em meio à população mais pobre com vistas a centralizar o poder político do país em suas mãos. Suas motivações eram meios, instrumentos de aumentar seu poder e sua influência.

Os protestos realizados nas ruas de Bangcoc durante o mês de setembro revelam a mobilização reacionária e conservadora estimulada pelos grupos economicamente privilegiados com a finalidade de tirar o Primeiro-Ministro do poder. Ficou bastante claro o interesse desses grupos em mobilizar manifestantes para aumentar a pressão sobre a saída do Sundaravej. O objetivo era impedir que o agora ex-premiê aumentasse sua base de apoio entre as camadas sociais mais baixas, o que lhe daria muita autonomia e poria os interesses das elites em risco.

Mais uma vez, prevaleceu na Tailândia a vontade dos grupos privilegiados do país, que buscam manter o alto grau de porosidade do Estado em face das suas demandas. Supostamente defendendo a democracia, tais grupos lograram retirar um premiê democraticamente eleito por uma justificativa, no mínimo, fraca. O governo de Sundaravej, obviamente, não constituía um exemplo de democracia e de atendimento às camadas mais pobres, já que as políticas de ajuda aos mais pobres eram assistencialistas e meramente instrumentais para aumentar seu poder. Contudo, mais condenáveis do que os problemas de seu governo foram as motivações e a forma encontrada por seus adversários para forçá-lo a deixar a liderança do país.

A baixa repercussão internacional

No contexto do pós-Guerra Fria, pode-se dizer que a acentuação dos fenômenos da globalização e da interdependência aprofundou a interação entre os níveis interno e internacional. De fato, com a influência de processos internos sobre o ambiente internacional (segunda imagem) e de processos internacionais sobre o ambiente interno (segunda imagem invertida) tornou-se possível falar na diluição das fronteiras entre o externo e o interno. Dessa forma, cabe questionar: o que explica a baixa repercussão internacional em função dos graves acontecimentos políticos ocorridos na Tailândia, como o estabelecimento de estado de emergência e a saída do Primeiro-Ministro?

Toda a movimentação vista nas ruas de Bangcoc, se não passou despercebida por principais veículos midiáticos, mereceu apenas menções rápidas e superficiais. Até entre os próprios países da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), a repercussão do cenário político tailandês foi baixa. O fato é que momentos de instabilidade na Tailândia atingiram tamanha recorrência desde as últimas décadas que a saída de Sundaravej não ganhou a atenção internacional que se espera com a interrupção do mandato de um primeiro-ministro. Tal saída foi vista com relativa naturalidade por atores internacionais. Entretanto, caso tivesse ocorrido em outros países, ela certamente mereceria maiores preocupações acerca da situação interna e dos efeitos de transbordamento para além-fronteiras.

Entre os fatores que contribuem para a baixa reação internacional está a forma pela qual a crise política se desenvolveu: as manifestações resultaram num número baixo de mortes, não houve violações maciças de direitos humanos e o pretexto para forçar a saída de Sundaravej, a despeito das reais motivações, baseou-se em texto constitucional. Dessa forma, aos olhos de veículos da mídia e de atores políticos internacionais, a resposta à crise política interna deveria ser encontrada pelos próprios tailandeses. Nesse sentido, eles são vistos como soberanos para decidirem seu futuro político. Vale lembrar que tanto a mídia quanto atores internacionais influentes tendem a enxergar os acontecimentos políticos na Tailândia à luz da história de múltiplos momentos

de desordem. Isto é, tendem a ver acontecimentos desestabilizadores atuais como “mais um” dentre tantos que foram vistos no passo recente.

A falta de democratização marcada pela grande influência das elites sobre a política tampouco levou ao aumento das repercussões internacionais. Isso deve porque há outros temas da agenda internacional que são vistos como prioritários pelos países mais poderosos. A título de exemplo, no mês em que foi decretado o estado de emergência e Sundaravej retirou-se do cargo de premiê, as atenções estavam voltadas para questões como a crise financeira e a crise na Bolívia. Além disso, democracias incipientes costumam ter atenção internacional conforme se aumenta a percepção de que elas configuram ameaças a valores, à defesa ou à economia de um Estado ou da ordem internacional. As manifestações da Tailândia não aparentam em nada serem focos de ameaça, especialmente em se considerando o alto grau de securitização em torno de países do chamado “eixo do mal” e de Estados falidos – aqueles, ameaças reais, e estes últimos, ameaças potenciais.

A despeito da eleição de Somchai, manifestações continuam a acontecer. As instituições que deveriam controlar o abuso do poder encontram-se subjugadas a interesses de grupos e, conseqüentemente, acabam corroborando-os. O governo de Somchai parece estar fadado a ter o mesmo fim precoce que os antecessores e, novamente, as repercussões internacionais deverão ser praticamente nulas.

Recebido em 24/09/2008

Aprovado em 30/09/2008

Palavras-chaves: Tailândia, instabilidade política, democracia

Key words: Thailand, political instability, democracy

Resumo: o artigo trata da fragilidade política da Tailândia. Nesse sentido, ele aborda a pouca repercussão da política tailandesa perante a comunidade internacional.

Abstract: the article deals with Thai political fragility, particularly the minimal impact of the international community on Thai internal politics.

Afeganistão: qual destino na política externa dos Estados Unidos em 2009?

Afghanistan: whither American foreign policy in 2009?

VIRGÍLIO ARRAES*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 16 a 17]

Durante a bipolaridade, coube ao Partido Republicano encerrar duas longas confrontações iniciadas na Ásia pelos democratas, seus opositores: Coréia nos anos 50 e Vietnã, nos 70. Competiria aos democratas, se vitoriosos, o mesmo encargo, de difícil execução. Se houvesse a mudança de posicionamento, cessariam os efeitos colaterais como a existência de prisões secretas fora do território estadunidense ou a aplicação de maus tratos aos detentos.

Todavia, há visões distintas no âmbito do Partido Democrata sobre a participação dos Estados Unidos no Iraque e no Afeganistão. À primeira vista, o Irã não seria evocado com vistas a um empreendimento bélico.

Quanto à duração da permanência em território iraquiano, os democratas subscrevem a necessidade de retirarem-se gradativamente as forças armadas do castigado país. Cinco anos e meio de presença auxiliaram a desestabilizá-lo ainda mais e, desta forma, contribuir para o maior empobrecimento da desvalida população.

No tocante à continuidade no Afeganistão, não há consenso sobre o retorno dos efetivos, mesmo após sete anos. Invoca-se o argumento de que lá estaria o centro do terror fundamentalista, visualizado no grupo do intangível Osama Bin Laden - ele mesmo pode estar refugiado no Paquistão, ainda aliado dos Estados Unidos.

Assim, contingentes em atuação no Iraque poderiam ser deslocados para travar o combate no local 'correto'. Estima-se em mais dez mil logo nas primeiras semanas de 2009 se Obama tornar-

se o novo titular da Casa Branca. Desde janeiro de 2008, os Estados Unidos enviaram mais de três mil fuzileiros para as frentes de batalha.

É possível especular se nestes anos todos o problema foi de fato a insuficiência militar ou simplesmente a falta de apoio da população local, desgastada pelo envolvimento em confrontos há mais de um ¼ de século, desde a entrada em seu território de tropas da antiga União Soviética - em quase vinte anos de permanência, mais de 15 mil militares morreram em combates.

Atualmente, a ação da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) engloba constantes ataques aéreos, nem sempre de precisão cirúrgica como o realizado no dia 22 de agosto no estado de Herat, em retaliação a uma investida do Talibã contra uma patrulha da coligação. Quase 40% das mortes dos 700 civis em 2008, de acordo com a avaliação das Nações Unidas, podem ter sido por mãos de efetivos ocidentais.

A existência indefinida de um exército estrangeiro, não obstante as intensas rivalidades étnicas, auxilia a evocar um sentimento maior, o de nacionalidade. Nem sequer o valor ofertado como recompensa por Bin Laden ou pelo Mulá Omar - respectivamente 25 milhões e 10 milhões de dólares - refletiu positivamente para a coligação atlântica.

Despachar mais combatentes não é o melhor encaminhamento, mas decerto é o menos inventivo, visto que muitos afegãos apoiaram, de início, a intervenção provisória, na esperança de que ela proporcionasse ao país a tardia incorporação à chamada globalização virtuosa e, deste modo,

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - iREL-UnB (arraes@unb.br).

possibilitasse a sua modernização por meio de fluxos contínuos de investimentos.

No entanto, não chegou capital para a recuperação da infra-estrutura, sem recursos desde a época soviética, sequer para as cidades mais importantes. Energia elétrica contínua e água potável não integram o cotidiano da população – a mortalidade infantil é uma das mais altas do planeta e doenças como tuberculose e poliomielite proliferam.

Ao mesmo tempo, aguardou-se uma modificação social que permitisse maior participação das mulheres na nova fase política do país e ampliasse o acesso à educação formal – parcela significativa do povo é analfabeta, sendo o índice maior quando aplicado apenas às mulheres.

Em 2004, a Constituição assegurou a igualdade de direitos e deveres a todos os cidadãos. No ano seguinte, a composição feminina do parlamento superou 1/4. Vários tratados internacionais, relativos aos direitos humanos, têm sido subscritos pelo Executivo. Na prática, porém, a assimetria não foi superada.

A formulação de política externa dos neoconservadores da administração Bush no Oriente Médio e cercanias mostrou-se rudimentar. Esposar a idéia

de que a implementação de um governo secular no Afeganistão resolveria de súbito antigas disputas internas - sendo muitas delas de origem religiosa - e simultaneamente aproximá-lo-ia de diretrizes ocidentais era temerária desde o início. Entrementes, a postura democrata de incrementar a guerra poderá ser mais imprudente ainda.

Recebido em 01/09/2008

Aprovado em 04/09/2008

Palavras-chaves: Afeganistão, Estados Unidos, eleição norte-americana

Key words: Afghanistan, United States

Resumo: o artigo trata do fracasso da política externa norte-americana no Afeganistão. Aborda ainda a possibilidade de mudança caso o Partido Democrata vença as eleições presidenciais.

Abstract: the failure of American foreign policy toward Afghanistan, considering also changes in policy in the event of a Democratic Party victory in the presidential elections.



Interação doméstico-internacional na decisão polonesa de acordar pelo recebimento de escudo antimíssil

Domestic-international interactions in the Polish decision to accept the anti-missile shield

EVANDRO FARID ZAGO*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 18 a 20]

Segundo Robert Putnam, existe uma relação direta e recíproca entre política interna e relações internacionais. Não há, por isso, supremacia de nenhum dos dois elementos na determinação das dinâmicas globais de poder, fazendo com que fatores internos e externos sejam mutuamente influentes. Por conseguinte, diversos processos internacionais de tomada de decisão podem ser mais bem compreendidos se analisados por meio da estrutura do jogo de dois níveis desenvolvida por Putnam.

O acordo assinado entre Estados Unidos e Polônia no último vinte de agosto para instalação de um escudo antimíssil em território polonês é exemplo da interação dos âmbitos interno e internacional. Assim sendo, a presente análise de conjuntura buscará interpretar os fatos relacionados ao tratado americano-polonês à luz da teoria de Putnam. As linhas que se seguem estarão, ademais, essencialmente focadas nos acontecimentos dados na Polônia – e não nos EUA. Isso se deve ao fato de que os constrangimentos da política polonesa mostraram-se mais explícitos e palpáveis do que os americanos, de forma que conferisse maior subsídio para exercício analítico.

Não obstante, antes de utilizar o jogo de dois níveis para explanação da assinatura do acordo, vale contextualizar o fato nos atuais arranjos do sistema internacional. Os norte-americanos têm desenvolvido, desde o início dos anos 1990, um

programa para defesa de seu país contra ataques que façam uso de mísseis balísticos. Como consequência, foram gastos cerca de cem bilhões de dólares num projeto que inclui a instalação de radares de longo alcance e de bases para lançamento de mísseis defensivos por todo o globo. Com isso, atualmente, os EUA possuem unidades desse verdadeiro escudo planetário na Califórnia, no Alasca, na região britânica de Fylingdales e em embarcações atracadas em alto-mar. Há, ademais, planos para instalação de bases na Groenlândia e de um radar na República Checa (neste último caso, já foi inclusive assinado acordo com o governo local para efetivação do projeto).

O tratado de poloneses e americanos foi acordado entre a Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice e o Ministro das Relações Exteriores polonês Radek Sikorski. As partes decidiram pelo uso de uma bateria detentora de dez interceptadores. O sistema do escudo de defesa será composto por mísseis sem ogiva, a serem lançados contra mísseis balísticos que se encontrem ainda em trajetória, levando-os à destruição por meio da energia cinética do impacto. Além disso, pelo acordo, os EUA concordaram em fornecer auxílio militar caso os poloneses venham a ser atacados por um inimigo estrangeiro; em promover um programa de modernização do exército da Polônia; em equipar com mísseis Patriot seu sistema nacional de defesa e em alocar permanentemente tropas americanas no país.

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (evandrofz@yahoo.com.br).

Como supracitado, Robert Putnam reconhece a relevância de tanto contingências internacionais quanto internas para a definição de processos políticos. No nível internacional, os Estados buscam maneiras de potencializar as ambições internas, almejando, de forma simultânea, tornar mínimas as adversidades externas que venham de encontro a tais anseios. Assim, o tomador de decisão representante do país A negocia com aquele que representa o país B, e possui, para tal, apoio do corpo diplomático nacional e de especialistas na área do acordo em questão.

No caso polonês, Radek Sikorski foi o pólo de concentração dos dezoito meses que antecederam o tratado antimíssil. O Ministro das Relações Exteriores teve, então, de se sujeitar a dinâmicas globais de poder antes de assinar o documento final. Em primeiro lugar, pressões advindas dos EUA atuaram sobre Sikorski. Os norte-americanos aspiravam, há tempos, a estabelecer uma unidade de seu escudo de defesa na Europa Oriental. Dessa forma, a Polônia tornou-se o foco de pressões para que cedesse à presença estrangeira em seu território. A principal alegação dos EUA para a escolha do local do escudo foi a de que este seria necessário à proteção do Ocidente contra a ação potencialmente nociva de rogue states, como Coreia do Norte e Irã.

Por outro lado, conjectura-se também que a proximidade da bateria antimíssil concernente à Rússia seria, em realidade, uma estratégia para defesa contra o crescentemente ofensivo padrão de conduta internacional russo. Chega-se, com isso, ao segundo fator internacional que pesou no processo de tomada de decisão: um eventual ataque da Rússia contra a Polônia. Desde a Guerra Fria, os poloneses – na época, ainda incluídos na esfera de poder soviética – têm sido contestadores do poderio russo na região da Europa do Leste.

Com a chegada dos anos 1990 e o fim das tensões bipolares, a Polônia tornou-se uma nação paulatinamente mais “ocidental”, engajando sua política externa nas linhas capitaneadas pelos norte-americanos. Nos últimos anos, contudo, os ares de antagonismo leste-oeste têm sido revividos pela Rússia, o que acabou por levar aos poloneses o receio de que seu país pudesse ser alvo de uma ofensiva

vinda do oriente. Exemplo disso foram declarações de membros do governo russo de que seu país não hesitaria em atacar militarmente a Polônia caso esta viesse a abrigar o escudo antimíssil dos EUA em seu território. Por fim, a guerra na Geórgia aprofundou ainda mais a temeridade da Polônia. Os ataques russos sobre os georgianos mostraram a palpabilidade de uma ofensiva contra países anteriormente localizados sob a zona de influência soviética. Dessa forma, Sikorski percebeu no meio internacional duas tendências favoráveis à assinatura do acordo: a pressão dos EUA pela instalação do sistema antimíssil e a eventual ameaça russa contra a integridade polonesa.

Retornando ao modelo de Putnam, reconhece-se também a presença de fatores internos nos processos de tomada de decisão. Nesse caso, grupos internos visam ter suas preferências atingidas por meio de pressões feitas junto ao governo. Os governantes, por sua vez, buscam fortalecer seu poder construindo alianças e coligações com tais grupos. Destarte, percebe-se a influência de parlamentares, líderes de partidos, agências representantes de grupos de interesse e opinião pública sobre o tomador de decisão.

Pensando-se, novamente, na conjuntura polonesa, encontram-se insumos que justificam a importância interna no jogo de dois níveis. De início, fez-se presente a pressão de partidos do Parlamento sobre a discussão do acordo antimíssil. No princípio das negociações, havia movimentos contrários à presença estrangeira dentro das fronteiras da Polônia. Essa seria uma manifestação de ultraje à soberania nacional. Contudo, a percepção de que a ameaça russa era uma realidade emulou manifestações de apoio ao tratado. Dessas pressões, resultaram as exigências de Sikorski no sentido de melhorar a estrutura de defesa de seu país. Assim, o Ministro passou a requisitar que os EUA reaparelhassem as forças armadas polonesas e assegurassem auxílio militar em caso de um ataque inimigo – tais reivindicações refletiram-se no acordo final.

Um segundo fator relevante foi a pressão da opinião pública. Há algumas semanas, a maioria da população local era contrária ao tratado com os EUA. A ofensiva russa na Geórgia, no entanto, transformou esse quadro. Os 20% de poloneses que anteriormente

eram favoráveis ao escudo antimíssil elevaram-se para 65% após o início da guerra no Cáucaso. Dessa forma, a finalização do acordo dias após o início do conflito Rússia-Geórgia possui estreita ligação com sua belicosidade. A população polonesa passou a acreditar que um ataque a seu país poderia tornar-se realidade, passando a exigir melhorias no sistema nacional de defesa – algo que seria proporcionado pelo tratado com os EUA. Conclui-se, nesse caso, que Sikorski também recebeu influência interna para acordar com Condoleezza Rice: exigências de parlamentares e da opinião pública pelo reaparelhamento das forças armadas polonesas.

Robert Putnam afirma, ademais, que o tomador de decisão deve perceber tendências semelhantes nos níveis interno e externo para alcançar os objetivos do interesse nacional. Devem ser explorados aspectos sobre os quais haja convergência nos dois níveis, o que aumenta a probabilidade de sucesso e efetividade dos debates. Em se tratando do caso polonês, encara-se a guerra na Geórgia como tal ponto de contato entre as diferentes esferas. Foi o conflito de russos com georgianos que evidenciou a tangibilidade de uma ofensiva contra a Polônia, moldando a opinião de grupos internamente expressivos; um fator internacional modificou o posicionamento interno e levou a ações no nível do tomador de decisão.

O autor define ainda a existência de duas fases nos processos de negociação. A primeira delas diz respeito à interação entre negociadores para alcançar um acordo inicial e a segunda, à posterior ratificação do tratado em esferas nacionais de poder. As conversações de Sikorski com Rice condizem, assim, com a fase inicial descrita por Putnam. Já a segunda etapa terá lugar num momento futuro, quando o Parlamento polonês votar pela ratificação do acordo. A probabilidade de que este seja aprovado é alta, visto que tanto parlamentares quanto a opinião pública são favoráveis a ele.

Robert Putnam delinea, por fim, o conceito de win-set. Segundo o teórico, o termo refere-se ao conjunto de pontos de convergência alcançados entre tomadores de decisão na fase inicial do processo de negociação que possuem real capacidade de serem ratificados na sua fase final. Assim, os debates entre

representantes das partes envolvidas devem ocorrer tendo-se em mente arranjos existentes em seus respectivos panoramas internos. Dessa forma, cresce a chance de aprovação do acordo assinado. Retornando-se mais uma vez à conjuntura polonesa, nota-se o respeito às observações de Putnam. Sikorski assinou um tratado defendido tanto pela opinião pública quanto por parlamentares, o que eleva de forma contundente as chances de ratificação do documento. Destarte, quanto maior for o win-set atingido, mais chance possui o tratado de ser internamente aceito.

O jogo de dois níveis da assinatura do acordo antimíssil EUA-Polônia demonstra a relevância da interação entre os campos interno e internacional para os processos de tomada de decisão. A crescente agressividade da política externa russa reacendeu a antítese leste-oeste dos tempos de Guerra Fria. Esse elemento de caráter aparentemente apenas internacional influenciou a conjuntura polonesa, fazendo com que o perfil das decisões tomadas pelo país fosse alterado. Assim, dinâmicas externas e internas entraram em sinergia e modificaram a ação da Polônia em face da comunidade internacional. O acordo pela instalação do escudo antimíssil representou, portanto, não apenas anseios isolados de americanos e poloneses, mas uma resposta aos movimentos globais de transformação de estruturas de poder e às movimentações internas em prol da segurança nacional.

Recebido em 19/09/2008

Aprovado em 25/09/2008

Palavras-chaves: Estados Unidos, Polônia, política de segurança

Key words: United States, Poland, Security Policy

Resumo: o artigo trata da assinatura de um acordo militar entre Estados Unidos e Polônia. Ele analisa as influências tanto interna como externa na composição do tratado militar.

Abstract: Deals with the signing of a military accord between the US and Poland, analyzing internal as well as external influences on the terms of the treaty.

Sobre política e partículas: a produção científica como um microcosmo da conjuntura internacional

On politics and particles: scientific production as a microcosm of the international conjuncture

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 21 a 24]

A ciência, aqui entendida como uma modalidade humana de investigação do mundo natural, possui a função básica de servir como meio para aumentar o conhecimento sobre a realidade. A autoridade que a investigação científica apresenta para esse fim, em relação a outros meios de investigação da realidade, é derivada de um longo processo de aperfeiçoamento dos seus métodos e de mudanças sociais, políticas e filosóficas relacionadas à contínua secularização e racionalização do Ocidente.

O interesse principal do presente texto está ligado mais intimamente a esse último aspecto da ciência, que lida com o seu lado social. A criação de teorias e a produção de novas formas de tecnologia são atividades que demonstram a capacidade de a ciência intervir na sociedade, modificando-a direta ou indiretamente. Continuando a delimitação do objeto desse texto, há o interesse de analisar a relação oposta, ou seja, a influência da sociedade sobre a produção científica. Em vez de se examinar o papel das teorias e dos cientistas como agentes da sociedade, procurar-se-á examinar o traço da sociedade na ciência.

A análise desse traço ganha relevância especial com a íntima relação estabelecida entre o desenvolvimento tecnológico e o progresso econômico, observada nos mais primitivos sistemas de produção e intensificada com o modelo atual baseado no arcabouço de tecnologias de informação, comunicação e mecanização. Nenhum outro vínculo

entre ciência e sociedade parece ligar aquela mais firmemente a esta. O futuro da nanotecnologia, da química fina, da biotecnologia e da física de partículas demonstra tendências para que esse grilhão se reforce.

De modo mais interessante para o argumento que procurará ser desenvolvido, a escalada na importância da tecnologia e da ciência de base para a economia traz consigo efeitos na política internacional. Isso porque o lugar central ocupado pelas duas motiva os países a empenhar seus recursos e forças em favor do seu desenvolvimento, com vistas a revertê-lo em ganhos econômicos. Em outras palavras, os países percebem a necessidade de projetos políticos prioritários para a ciência e tecnologia. E a magnitude cada vez maior dos empreendimentos e da produção científica projetadas para além das fronteiras estatais, revelando práticas e mecanismos políticos próprios do meio internacional.

É possível perceber, a partir desse raciocínio, que a recente construção do Grande Colisor de Hádrons (LHC, em inglês) envolveu causas e envolverá efeitos político-econômicos tanto nos países envolvidos na construção quanto no nível sistêmico internacional. A pergunta que procurará ser respondida com a presente análise é: até que ponto as causas para a construção do LHC e os efeitos dele decorrentes são importantes ou mesmo reveladores de certas características importantes da conjuntura

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (heitorfstorres@yahoo.com.br).

internacional? Um estudo de caso será empreendido para tanto.

Dois conceitos da teoria liberal-institucionalista serão empregados para enriquecer a análise. Primeiramente, considera-se que os atores internacionais têm interesses variáveis de acordo com o tópico no qual esses interesses se inserem e o grau de poder desses atores varia de acordo com o tópico no qual são empregados. Esses tópicos são designados pelos teóricos como *issue areas*. Segundo, os liberais-institucionalistas também identificam que, a depender do contexto internacional, pode haver influência maior ou menor das relações de poder de um tópico sobre as relações de poder de outro tópico. A essa influência é dado o nome de *linkage*.

Desse modo, diz-se que em um cenário de alta interdependência internacional ocorre intensa fragmentação da agenda internacional em várias *issue areas*, nas quais determinados atores são mais ou menos influentes. Além disso, o poder de um ator importante em uma *issue area* não é igualmente sentido em outra *issue area*, vez que há baixo *linkage* – ou influência – entre os tópicos da agenda internacional nesse contexto.

Após o estudo de caso, conjectura-se na conclusão: de modo mais geral, a produção científico-tecnológica pode ser considerada uma *issue area* com baixo *linkage*, em que as relações de poder e de competição entre os países se resumem a essa área ou um reflexo de relações de poder e de competição mais amplas, representativos da própria ordem internacional?

O estudo da edificação do Grande Colisor de Hádrons

Sucintamente, o LHC é um gigantesco acelerador de partículas subatômicas construído subterraneamente nas proximidades de Genebra e concluído em dez de setembro de 2008. Essa imensa estrutura foi levantada com os seguintes objetivos experimentais: (1) reproduzir as condições ideais para que seja efetuada a aceleração e a colisão de partículas subatômicas; (2) detectar a resultante dessas colisões – possivelmente partículas nunca

observadas e/ou investigadas; (3) impulsionar novas teorias e entendimentos sobre a física de partículas, um campo cujo avanço está fortemente relacionado a experimentações de larga escala.

Essa descrição, evidentemente, apenas se refere às motivações do LHC relacionadas à ciência pura. Porém, o nascimento e a concretização do projeto não estão circunscritos a anseios meramente curiosos e intelectuais. Sob a alcunha de “maior experimento da história”, o acelerador custou oito bilhões de dólares à Organização Européia para a Pesquisa Nuclear (CERN, em francês). Houve um empenho político considerável para possibilitar a sua instituição.

As justificativas científicas para esse empenho já foram apresentadas. No entanto, as justificativas políticas – e econômicas – para os esforços é que denotam o efeito da conjuntura internacional na construção do acelerador.

Primeiro, o grande aparato tecnológico decorrente dos avanços na física de partículas tornou o campo atraente para investimentos dessa magnitude e estratégico economicamente. Das duas revoluções operadas na Física no início do século XX (a primeira foi a da relatividade), a da física quântica foi a que permitiu as maiores aplicações práticas de seus princípios, seja na experimentação ou na apropriação tecnológica. O laser, os semicondutores, o microscópio eletrônico, o transistor e as imagens por ressonância magnética são herdeiros diretos da mecânica quântica, por exemplo.

Essa aplicação econômica torna-se um motivo ainda mais relevante caso se perceba o acelerador não só como um experimento, mas também como um pólo de atração de investimentos e pessoal. A analogia mais didática seria com o Vale do Silício: são fornecidas condições econômicas e instrumentais para que sejam produzidas resultantes acadêmicas e tecnológicas que sobrepujem o investimento inicial e alavanquem o status científico da localidade. Os países participantes do projeto, predominantemente europeus, esperam que as divisas despendidas em um experimento delicado (como a pane de dezenove de setembro atestou) sejam convertidas em maior capacidade de competição em um ambiente tão acirrado como é a produção científico-tecnológica.

Segundo, a reunião de pessoal e de investimentos para o LHC só foi possível devido à cooperação entre vários países. Trata-se do mesmo raciocínio de “cooperação em meio a um ambiente competitivo” que caracteriza a própria produção científica. A Alemanha (responsável por vinte por cento dos investimentos iniciais), o Reino Unido (dezessete por cento) e a França (catorze), principais contribuintes, enxergaram que apenas a reunião de seus recursos seria capaz de empreender ganhos absolutos no ambiente científico. Essa é uma lição importante possibilitada pelas atuais circunstâncias: não há apenas investimentos da União Européia (UE) e países como Índia, Israel, Japão e Rússia só embarcaram na lógica de cooperação por perceber que o isolamento iria circunscrevê-los a ganhos relativos irrisórios.

A lição ganha veracidade se examinada uma iniciativa anterior de construção de um acelerador de partículas dessa magnitude. Os Estados Unidos, no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990, haviam percebido o caráter estratégico da física de partículas e se empenharam em um projeto – o Superconducting Supercollider – capaz de dar-lhes a liderança nas pesquisas do campo. O financiamento do colisor, contudo, foi insuficiente, tanto pela inexistência de intercâmbios com outros países – a globalização econômica do Consenso de Washington apenas engatinhava – quanto pelo veto da opinião pública e do Congresso.

A oposição pública leva a um terceiro fator, que é a capacidade privilegiada de captação de recursos da União Européia para projetos dessa modalidade. A opinião dos europeus não foi consensual, obviamente. Diversos jornais ingleses foram perspicazes ao apontar a relação ilusória entre ser pró-ciência e ser pró-colisor, já que quinhentos milhões de libras poderiam ser revertidas para outras iniciativas científicas, como as pesquisas sobre mudanças climáticas. O que se quer explicitar aqui é como a reunião de fatores intrínsecos à UE tornou a aprovação do projeto possível, em contraste ao que ocorreu nos EUA e ocorreria em outros países que buscassem empreendimento semelhante. A atuação da burocracia européia, identificando os benefícios de longo prazo dos dispêndios e estando

relativamente imune à pressão popular direta, foi decisiva; assim como a própria cooperação regional (que não é automática mesmo na União) e a abertura à participação de países externos ao bloco.

Esses fatores que justificaram e possibilitaram a implementação do LHC são sintomáticos de uma determinada ordem internacional. O que a construção do acelerador de partículas expressa especificamente sobre a atual conjuntura internacional? Isso procurará ser demonstrado com os dois argumentos a seguir.

A primeira evidência está ligada à caracterização da produção científica como *issue area*. Trata-se de um tópico com importância crescente no contexto internacional, em especial devido à proximidade entre progresso científico e pujança econômica. Há uma estrutura de poder própria a essa *issue area*, na maneira como Keohane e Nye descrevem o termo. O caso da produção científica é exemplar de uma estrutura de poder baseada na competição intensa e acirrada, pois é pautada no sistema neoliberal de cômputo de riscos e na própria lógica do progresso científico.

Assim, é possível até mesmo especular se o LHC não seria um exemplo de “consumo conspícuo” de recursos científicos. O sociólogo Thorstein Veblen descrevia o conceito como uma variante de consumo excessivo de bens e serviços com o propósito de demonstrar riqueza e poder para que, com isso, fosse aprimorado o status social do agente ou do grupo de agentes. Desse modo, computando que o custo imediato do grande colisor é muito alto em comparação aos seus benefícios de curto e médio prazos, supõe-se que não foi um simples cálculo de custo-benefício a motivação do empreendimento. Isso reforça o cálculo também por status, uma prática que se coaduna com cenários competitivos.

A segunda evidência, por sua vez, trata de outra implicação do conceito de *issue area* para Keohane e Nye. A existência de *linkages* entre as *issue areas* seria intensificada em situações de relações realistas de poder – com favorecimento da área militar e securitária – em oposição às situações em que há predominância de relações de interdependência complexa. No continuum entre os pólos, a conjuntura atual parece apontar para uma moderação no centro,

já que não há nem predominância clara da expressão militar do poder nem a institucionalização intensa dos cenários de interdependência complexa.

De fato, a própria situação corrente de supremacia norte-americana baseia-se em um linkage moderado entre as issue areas: a imposição militar revelou custos discrepantes dos incrementos de poder esperados, isto é, a influência de poder no setor militar sobre o grau de poder no conjunto da agenda global não foi tão alta quanto se esperava. O que o LHC evidencia nesse sentido é que um tópico com tradicional superioridade norte-americana como a produção científico-tecnológica passa por transições importantes que apontam para o enfraquecimento dessa superioridade. A depender do grau de importância que seja atribuído a esse tópico e da possibilidade de transbordamento para outros tópicos e para a própria estrutura de poder mundial, é válido refletir se essa mudança é ponderável no nível sistêmico. O cientista político Fareed Zakaria, por exemplo, confere um peso considerável à correlação entre a liderança norte-americana em ciência e tecnologia e a liderança norte-americana global, em um mundo baseado muito mais na competição que na disputa por poder.

Um microcosmo

A discussão sobre o nível de linkage apresentado pela issue area da produção científica pode ocultar um atributo importante do tópico. Polarizados os argumentos entre uma hipótese que vincula baixo linkage e baixa relevância generalizada à produção científica – que estaria circunscrita e seria representativa apenas de relações de poder internas a ela – e outra hipótese que vincula alto linkage e alta relevância generalizada a ela – que seria um atributo cujo poder estaria sobrevalorizado –, corre-se o risco de desconsiderar uma situação que permeia a argumentação da presente análise.

A idéia de microcosmo estaria ligada a um alto linkage, já que há simples reprodução da condição do

cosmo e até de outros microcosmos, e a uma baixa relevância generalizada, pois a condição (estrutural) do cosmo superaria a condição (unitária) do microcosmo. Interpretar, atualmente, a produção científica como um microcosmo da conjuntura internacional mais ampla parece mais adequado, denotando predominância do lado social da ciência que indica a intervenção da sociedade sobre a ciência.

Convém salientar que atribuir a condição de microcosmo à produção científica concernente à conjuntura internacional é um procedimento temporalmente delimitado. O contexto da Guerra Fria, por exemplo, favorece a aplicação da noção de microcosmo ao tópico. Porém, em um modelo ideal de liberalismo econômico tendente à competitividade ilimitada, tanto o incremento de importância para a ciência e a tecnologia como as condições mais igualitárias entre os agentes internacionais – com menor influência sistêmica – favoreceriam uma noção contrária, característica da intervenção da ciência sobre a sociedade.

Recebido em 26/09/2008

Aprovado em 30/09/2008

Palavras chaves: Grande Colisor de Hádrons, liberal-institucionalismo, cooperação

Key words: Large Hadron Collider, liberal-institutionalism, cooperation

Resumo: o artigo trata da utilização da ciência nas relações internacionais. No caso, a construção do Grande Colisor de Hádrons é exemplo da cooperação entre potências que esperam atingir ganhos políticos e econômicos.

Abstract: The employment of science in international relations, exemplified here by the cooperation between major powers in the building of the Large Hadron Collider in the expectation of political and economic gains.

Nação e nacionalismo na era global: o caso da reunificação da Alemanha

Nation and nationalism in the Global era: the case of Germany reunification

MÁRCIO SANTOS DE SANTANA

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 25 a 27]

Nação, nacionalismo, nacionalidade são termos intimamente ligados, uma vez que designam componentes de uma mesma problemática, qual seja, a da construção e/ou reconstrução da nacionalidade, de suma importância nos dias atuais, em virtude das discussões sobre o processo de globalização. Este, por sua vez, traz em seu bojo idéias como aldeia global, integração do mundo, civilização universal, governo mundial, entre outras variações. Exatamente neste contexto de globalização, de certo modo como uma resposta ao processo, é que se tem expandido e aprofundado as discussões e manifestações identitárias em diversas partes do mundo.

Os teóricos que se dedicaram ao estudo da problemática da nacionalidade têm apresentado alguns instigantes caminhos de análise. Ernest Renan é um desses pensadores, dos mais antigos e ilustres. É dele a célebre frase sustentando que “a essência da nação é que os indivíduos tenham muitas coisas em comum e, também, que todos tenham esquecido muitas coisas”. Este princípio de seletividade é, com certeza um dos mais importantes para a solidificação de qualquer nação. A solidez das nações e a intensidade do nacionalismo devem impressionar os analistas que apostaram na superação do Estado-nação, das nações e do nacionalismo, sobretudo aqueles que compartilharam das teses de Kenichi Ohmae no seu O fim do Estado-nação. O caso da reunificação da Alemanha é paradigmático para um princípio de abordagem da reação das nações ao processo.

Estudiosos têm apontado que o grande desafio para os alemães é destruir o “muro psicológico”, ainda presente nas suas mentes. A parte ocidental da Alemanha é detentora de uma melhor qualidade de vida em relação à parte oriental. Isso porque recebeu sólidos investimentos internacionais que possibilitaram um desenvolvimento econômico muito superior, gerando um visível descompasso entre as duas sociedades, servindo como substrato para diferenças culturais sólidas, além de cristalizar um status de relativa inferioridade para o lado oriental.

A destruição da barreira cultural e a conseqüente integração são desafios de grande envergadura. Essa nação tem conseguido sucesso na reconstrução de sua nacionalidade. Reintegrar uma população há muito separada demanda ênfase na criação de símbolos, rituais, cerimônias, valores e mitos em comum às duas partes. Tanto a fração oriental quanto a ocidental criaram formas de sociabilidade durante as décadas de separação. Acrescente-se a isso a necessidade de sepultamento das lembranças, não só dos tempos em que a nação esteve dividida, mas, sobretudo, dos horrores nazistas.

Em busca da reintegração das duas sociedades foram realizados, em 9 de novembro de 1999, eventos cívicos na Alemanha para comemorar os dez anos da queda do Muro de Berlim. Na ocasião foram feitas homenagens aos “valorosos alemães orientais”, conforme as palavras do então chanceler Gerhard Schroeder. O evento contou com a presença

de autoridades políticas da época, como o ex-chanceler alemão Helmut Kohl e os ex-presidentes George Bush (EUA) e Mikhail Gorbatchev (União Soviética). Schroeder, em seu discurso, foi enfático sobre a participação popular ao afirmar que “a queda do muro não foi decidida em Bonn, Washington ou Moscou, mas pela gente valorosa que saiu às ruas gritando ‘somos o povo’”.

A estratégia discursiva é sagaz: a reconstrução da nação foi feita por todos, mas o protagonista do processo é o povo, que unido lutou por uma causa comum. Nesse sentido, o objetivo de tal tipo de comemoração é relembrar os rumos trilhados pela coletividade em busca da concretização dos ‘objetivos em comum’ e fazê-los pensar o quanto tal processo foi custoso e, por isso, valoroso para todos. É a reafirmação dos valores coletivos agora renovados, ao conter uma mensagem objetiva: ex-alemães ocidentais e os ex-alemães orientais desejaram tal desenrolar dos fatos, enfim, foi a força da nacionalidade alemã que pesou para tais atitudes catalisadas pela ação do povo. Mesmo que a população há muito estivesse separada, o tempo não foi suficiente para destruir os laços de identidade que os unia.

No discurso político, mesmo que de maneira implícita, o nacionalismo aparece como a força que sustentou a cultura em comum à população dos dois países, dando-lhes coragem para lutar pela reunificação. Obviamente, uma menção especial é feita aos ex-alemães orientais que, por assim dizer, converteram-se na parte mais fraca da história, visto que viviam num mundo socialista que ruiu. Era importante explicitar que as transformações eram positivas para todos, pois trazia em seu bojo sólida tendência de isonomia.

No ano seguinte, em outubro, foi realizada uma festa comemorativa dos dez anos de reunificação do país. Na ocasião eram esperadas pelo menos 250 mil pessoas que iriam percorrer pontos históricos, tais como o Portão de Brandemburgo e as ruínas do Muro de Berlim, ou seja, um programa explicitamente voltado à elevação cívica.

Outra medida simbólica foi o retorno do Parlamento alemão a Berlim. O chanceler alemão disse que a saída do governo e do Parlamento de

Bonn era “um retorno à história da Alemanha”. Tal medida recolocaria o país nos eixos da tradição. É um marco da transformação pela qual passa a nação alemã, no seu intenso “acerto de contas” com o passado. Schroeder justificou o retorno como ato legítimo e enredado na tradição: “Nossa democracia e nosso parlamento são fortes e estáveis. A mudança para Berlim não interrompe a história da Alemanha pós-guerra”.

Um dos objetivos da mudança era combater o desnível entre o empobrecido setor oriental e o próspero setor ocidental. As obras de reconstrução, iniciadas em 1995, foram feitas sob a direção de Norman Foster, arquiteto britânico, tratando-se de uma obra monumental, haja vista a reconstrução do Reichstag ter consumido cerca de 604 milhões de marcos (US\$ 330 milhões). A intervenção foi radical, uma vez que Foster recuperou as características renascentistas originais da edificação, tal como projetadas pelo arquiteto alemão Paul Wallot no final do século XIX, portanto anteriores ao nazismo, responsável pelo infame incêndio de 1933.

As nações são construídas e reconstruídas. São, de fato, “comunidades imaginadas”, para usar a terminologia de Benedict Anderson, ou seu passado é tomado por “tradições inventadas”, para usar o enquadramento dado à questão por Eric Hobsbawn. Contudo, esse processo gerenciado e previamente planejado, fruto de minuciosa engenharia social, deve respeitar um elemento essencial: a prévia existência de elementos simbólicos passíveis da manipulação. Não respeitada essa característica, o que seria engenharia social se converte em engodo e propaganda barata. Tal imperativo deve ser levado em consideração pelos países e por seus governantes e burocratas antes de enveredarem por processos de integração desprovidos de consulta à sociedade. Ou então haverá impasses como o existente no Mercosul, que não é fruto exclusivamente disso, pois se trata de um quadro complexo, ou mesmo dos fracassos em menor escala da União Européia em fazer sua constituição ser aceita em algumas partes da comunidade. Nesse sentido, devemos lembrar os versos de Fernando Pessoa, por intermédio de seu heterônimo Alberto Caieiro:

“O Tejo é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia,

Mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia

Porque o Tejo não é o rio que corre pela minha aldeia”.

Recebido em 04/09/2008

Aprovado em 09/09/2008

Palavras-chaves: nacionalismo, Alemanha, Estado-nação

Key words: nationalism, Germany, nation state

Resumo: o artigo trata das conseqüências do processo de reunificação da Alemanha. Nesse sentido, aborda as dificuldades para se superar o passado problemático de duas Alemanhas no período da Guerra Fria.

Abstract: the results of the German reunification process, including the difficulties in overcoming the conflicted past of two Cold-war period Germanies.



08/08/08: a política externa chinesa num momento de “paz e guerra”

08/08/08: China's foreign policy at a moment of “peace and war”

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*

Meridiano 47 n. 98, set. 2008 [p. 28 a 30]

Os Jogos Olímpicos foram, nas palavras de Hu Jintao, um compromisso que o país assumiu e cumpriu seriamente com a comunidade internacional. Mais do que isso, porém, pode-se estender o propósito a que tal evento esteve condicionado na mentalidade dos dirigentes do Partido Comunista Chinês (PCC): um momento para que o mundo conhecesse uma China moderna, vibrante e poderosa. Mas, para tanto, tudo deveria acontecer de forma perfeita, sem sobressaltos, mesmo que se tivesse que lançar mão de opressão a protestos de tibetanos às vésperas dos jogos e de contenção de movimentos a favor de maior liberdade e de direitos no país.

Ainda nesse sentido, até mesmo uma inesperada abertura de imprensa e relativa transparência caracterizaram os esforços de resgate e ajuda aos milhares de afetados pelos terremotos em Sichuan. Contudo, as restrições às informações não deixaram de ser recorrentes, como pôde ser demonstrado pelo impedimento a jornalistas de cobrir de forma irrestrita as motivações e conseqüências dos atentados em Xinjiang poucos dias antes do início oficial dos jogos. Outros problemas sistêmicos a tomar vulto foram a poluição generalizada e os absurdos jurídico-legais comuns na China.

Ainda assim, o brilho dos jogos foi inquestionável, além de que o posicionamento do país no quadro de medalhas lhe rendeu a reputação de superpotência a derrotar os norte-americanos. No entanto, a alguns milhares de quilômetros de Beijing, a Rússia

enviava bombardeios, tanques e soldados à pequena Geórgia, construindo uma situação extremamente difícil para o PCC, mas, sem sombra de dúvidas, repleta de lições e implicações.

Paradoxalmente, o número 8, que para os chineses preconiza sorte, marca o dia em que se deflagra o conflito armado entre Rússia e Geórgia. Ao mesmo em que se celebrava em Beijing a abertura dos Jogos Olímpicos, marcando um momento de paz e tolerância entre os diferentes povos, vivia-se um real enfrentamento de forças no Cáucaso, repleto de violência e mortes. Nada poderia ser mais inoportuno para a China: não somente porque o clima de harmonia buscado estava sendo repentinamente ameaçado, mas também porque se criava uma situação para a qual o país não tem um posicionamento definido. Joga-se tanto com a permanente aliança política com os russos de um lado, quanto com os princípios de integridade territorial, não-intervenção em questões internas, auto-determinação e, principalmente, não-reconhecimento de movimentos separatistas de outro. Assim, justifica-se o silêncio da China em discussões no Conselho de Segurança da ONU acerca da questão e em pronunciamentos em geral.

Moscou não conseguiu de Beijing muito além de “preocupações” oficiais sobre a crise no Cáucaso e do apoio incondicional à realização dos Jogos de Inverno em 2014 na Rússia – objeto de um boicote possível pelo Ocidente. No entanto, os

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com)

russos esperavam mais do que isso de um país que tradicionalmente tem atuado de forma orquestrada em questões internacionais, uma vez que os principais organismos internacionais têm condenado veementemente as recentes movimentações de Moscou e, nesse contexto, um respaldo da República Popular seria revigorante. O G7 condenou a Rússia por ferir leis internacionais ao reconhecer a independência das duas províncias separatistas; a União Européia suspendeu as negociações para a aproximação em vários campos com o país; a sua entrada na Organização Mundial do Comércio ficou ameaçada e, por fim, até mesmo a Organização de Cooperação de Xangai, órgão composto por Rússia, China e outras repúblicas da Ásia Central, hesitou em apoiar o país, declarando haver necessidade de se alcançarem comuns acordos por meio do diálogo e entendimento.

A última declaração é a síntese do que é o ideal para Beijing: que as partes entendam-se sem a necessidade de interferência de outros países. Se, em última instância, houver a necessidade de o CSNU aprovar alguma resolução para o caso, não poderá a China deixar de manifestar-se. Ou seja, teria que encontrar uma forma de não contrariar Moscou, mas, ao mesmo tempo, sem abrir precedentes que gerassem desconfortos futuros. Afinal, se se reconhecesse o direito da Ossétia do Sul de conformar-se como nação independente, como Beijing justificaria uma posição contrária a movimentos pela independência de Taiwan? Assim, a China incentiva que as partes construam consensos, e, nesse sentido, o papel da ONU como incentivadora de diálogos seria bem-vindo. Cabe ressaltar, ainda, que o processo de crescimento econômico requer estabilidade. Assim, quanto mais rápido a tranqüilidade regional seja alcançada, tanto mais serão beneficiados os negócios, e, definitivamente, um ambiente de caos não é favorável aos planos do PCC de desenvolvimento e progresso.

Apesar de ser o conflito entre Rússia e Geórgia algo desconfortável para a China, tal animosidade é por si só um motivo de reflexão para dirigentes do Partido Comunista. Poderia ser o intervencionismo em defesa da integridade dos seus cidadãos numa

área fora de sua soberania uma justificativa legítima? Se sim, o que o PCC tem à sua disposição é um verdadeiro laboratório de experiências repleto de lições.

Guardadas as devidas proporções, pode-se indagar se uma possível intervenção da China Continental na pequena Taiwan poderia causar desencadeamentos semelhantes aos que teve a aventura russa no Cáucaso. Ainda que Taiwan não seja reconhecidamente um país soberano perante a comunidade internacional (como é a Geórgia), uma demonstração de forças dessa magnitude por parte de Beijing não passaria em branco e, possivelmente, o papel dos Estados Unidos seria ainda mais ativo nessa situação hipotética, pois, afinal, o que estaria em jogo seria algo que extravasa os limites de “quintal” de um pólo de poder.

No entanto, há três fatores que especialmente devem ser levados em conta: 1) Taiwan, diferentemente da Geórgia, possui um considerável poder militar de defesa, o que, minimamente, garantiria uma capacidade de criação de conflito armado de grandes proporções; 2) Ainda que a China pudesse alegar a necessidade de intervenção em Taiwan em nome da defesa dos seus cidadãos (ou pelo menos da parte da população pró-reunificação), recentemente o que se tem verificado é uma real reaproximação entre os dois lados do estreito, não somente no campo sócio-econômico, mas também no político; 3) Além disso, a estabilidade regional e o status quo correspondem aos interesses de ambas as partes. Mesmo assim, tendo a China verificado ausência de sanções à Rússia e quase nenhum custo de reputação, talvez movimentações unilaterais não sejam tão insuportáveis como preconizadas pelo equilíbrio de poder e comunhão de interesses. A China observará, assim, atentamente ao desenrolar da situação e ao posicionamento que a comunidade internacional tome em definitivo.

Outro ponto importante é a necessidade de se aprender como e por que ocorrem revoluções do tipo “coloridas”. Tanto a rosa (Geórgia, 2003), laranja (Ucrânia, 2004-05) e tulipa (Quirguistão, 2005) consagraram tendências pró-ocidentais e de democratização liberalizante. A contaminação

dessas revoltas para dentro das fronteiras chinesas em áreas como Xinjiang (vizinha do Quirguistão) ou Tibete, que têm um forte descontentamento com o governo central baseado em questões étnico-separatistas, seria algo bastante perigoso. Por isso, o PCC evitaria o pior controlando todas as movimentações políticas e punindo dissidentes, principalmente nas áreas mais problemáticas. Teria sido a falta disso que resultou no esfacelamento da União Soviética em várias repúblicas etnicamente motivadas, e, para evitar um caminho parecido, entende-se que deve Beijing monitorar de perto os acontecimentos em Xinjiang e Tibete. Assim, evitar manifestações e tumultos que culminem em algo parecido com revoluções coloridas, que em muito fazem lembrar os acontecimentos imediatamente anteriores ao massacre da Praça da Paz Celestial, é um imperativo.

Já com relação à política de grandes potências, é importante que a China saiba colocar-se entre Rússia e Estados Unidos nesta situação específica, buscando formas de maximizar seus ganhos. Suas reticências com relação à afronta russa na Geórgia foram saudadas pelos norte-americanos como algo positivo, obviamente buscando assim uma forma de angariar um decisivo posicionamento chinês do lado ocidental. Saber explorar o momento com base no pragmatismo característico de sua política externa poderia render à China frutos em matéria de ganho de poder, realização de seus interesses, dentre outras coisas.

O relacionamento do país com a Rússia é baseado na mesma desconfiança que há entre Beijing e Washington. A falta de democracia e o totalitarismo parecem ser fatores insuficientes para que a aliança

russo-chinesa seja alheia a rivalidades. Ambos países disputam áreas de poder na Ásia Central, incluindo, dentre outras coisas, a geopolítica energética de oleodutos, para o que a China possui respaldo norte-americano. Além disso, os recém-descobertos sítios de lançamento de mísseis com capacidade de ataque a alvos russos a partir do oeste chinês clarificam bem o sentimento de desconfiança às vezes oculto em ocasiões de congruência política.

Assim, o 8 de agosto marca a passagem para um novo tempo na política internacional. Dois atores de peso demonstram, de diferentes maneiras, que ser um poder de segunda categoria não é mais suficiente. Além disso, parecem clamar pelo seu espaço dentro do centro decisório da política mundial.

Em síntese, fogos de artifício em Beijing e bombas na Geórgia acabam por transmitir a mesma mensagem: a necessidade de se considerar o mundo, a partir de agora, indiscutivelmente multipolarizado.

Recebido em 22/09/2008

Aprovado em 30/09/2008

Palavras chaves: China, Rússia, autodeterminação

Key words: China, Russia, selfdetermination

Resumo: o artigo versa sobre a política externa de dois países: China e Rússia. Assim, o texto aborda a dificuldade de os dois países, em especial China, de lidar com movimentos de autodeterminação.

Abstract: Chinese and Russian foreign policies, in particular China's difficulties in dealing with internal independence movements.

